

As ameaças do PT

TRIBUNA DO BRASIL

Teotônio Vilela Filho - Senador pelo PSDB de Alagoas

A prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, estarreceu o Brasil há poucos dias com a inoportuna e preocupante declaração de que, se eleito prefeito de São Paulo, José Serra teria muitas dificuldades em conseguir recursos federais para a prefeitura paulista. É ocioso comentar os equívocos da prefeita, tanto que os paulistanos têm deixado clara sua intenção de buscar uma alternativa ao jeito petista de governar, pela inoperância e por uma arrogância que choca até os mais orgulhosos e tradicionais quatrocentões paulistas. Mas é forçoso deter-se no que ela supõe uma verdade da república petista: aos amigos, tudo; aos adversários, o contingenciamento do orçamento.

Todo mundo tem números do favorecimento da administração federal a prefeituras do PT Brasil afora, especialmente nos meses imediatamente anteriores à eleição. Os jornais mostraram esse favorecimento à exaustão. Mas ninguém havia ousado tanto, ao verbalizar que o adversário partidário vira inimigo administrativo, irremediavelmente condenado ao jejum orçamen-

tário. Para usar o jargão do ex-adversário e hoje fiel aliado Paulo Maluf, será que dona Marta cometeu a indiscrição de revelar um grave segredo petista ou uma gafe?

Para levar a sério a prefeita de São Paulo, a primeira e inevitável pergunta é: para que fazer eleições, se ao eleitor só resta a escolha da candidata do presidente da República? Para que eleições para prefeito? Para que também as eleições para governador, sabendo-se que todos os estados, invariavelmente, dependem do governo federal? Bastariam, no caso, as eleições para presidente da República e a sabedoria popular: quem levar arrasta tudo.

Há uma segunda pergunta que teima em não calar: por que o Planalto não desautoriza, oficialmente, a prefeita? Será que o presidente concorda com tais declarações estapafúrdias? Ou será que também não leva a prefeita a sério? Nesse caso, outra dúvida se impõe: se não se leva a sério dona Marta, por que o governo já se mostra tão preocupado com o que fazer com ela após as eleições? Os jornais registram que o

Planalto chega até a imaginar uma embaixada ou um ministério para ela.

Fico muito a cavalheiro para contestar a postura da prefeita petista porque, em todo o meu mandato, jamais fiz qualquer distinção partidária no encaminhamento e defesas dos pleitos das prefeituras e do Estado de Alagoas. Sou, afinal, representante de Alagoas, não de prefeitos ou eleitores do PSDB. Mas é inevitável concluir que até essas ameaças ora mais veladas ora mais explícitas exigem uma imediata e inadiável reforma política. Não apenas para fixar critérios mínimos de fidelidade partidária e programática e evitar que o eleitor vote num candidato de oposição paravê-lo, no dia seguinte, como o porta-voz mais entusiasmado da situação; ou vice-versa. Mas para disciplinar relações entre governo e Partido, regulamentar situações como a da reeleição e circunstâncias como essas que a prefeita de São Paulo agora verbaliza.

O Brasil, afinal, é uma República Federativa, democrática por natureza e pluripartidária por essência.